

O Brasil, as reformas e a Igreja

Pe. Geraldo Martins

A palavra crise tornou-se comum para os brasileiros. Ela é política, econômica e social. Suas raízes são muitas e profundas. A maior delas, sem dúvida, é de ordem antropológica porque reflete a concepção de pessoa humana que subjaz nas ações que tornam a crise aguda com nefastas consequências na vida dos cidadãos.

A falta de credibilidade e a desconfiança na classe política são cada vez maiores. Sem respaldo popular, o governo federal apegar-se como pode ao Congresso Nacional, numa parceria em que saltam aos olhos o fisiologismo e o clientelismo. Velhas figuras voltam ao cenário, com voz de decisão, a serviço de um projeto em que prevalece o poder econômico. Atender aos interesses do mercado é mais importante. Nesse caso, ficam sacrificados a dignidade e os direitos da pessoa humana.

Nesse projeto, os pobres e excluídos são descartáveis como ocorre com os indígenas que veem seus direitos constitucionais ameaçados. O ataque ao povo Gamela, em Viana, no Maranhão, no dia 30 de abril, é uma prova de como o índio é considerado, por muitos, no Brasil. A forma como a polícia reprimiu as manifestações indígenas em Brasília (DF), em abril e a sistemática ofensiva contra suas reivindicações são sinais inequívocos de que, nesse governo, os indígenas e, por extensão, outros povos originários como os quilombolas, não terão vez.

A violência no campo também é preocupante. A chacina que matou nove trabalhadores rurais em Colniza, no Mato Grosso, dia 20 de abril, é sintoma de que os conflitos por terra estão longe de cessar. Não se vê, também nessa área, ação do governo que garanta segurança a quem luta por um pedaço de terra. O poder do latifúndio continua forte e atuante.

As reformas pretendidas pelo governo, como a trabalhista e da previdência, vão na contramão da garantia de direitos dos trabalhadores e trabalhadoras conquistados com muita luta ao longo de nossa história. A forma truculenta, como são aprovadas, revela a dissonância entre Congresso Nacional e a maioria da população. Mais uma vez, os pobres e excluídos pagarão a conta. Outras reformas, como a tributária e política, estão na mira do governo. O andar da carruagem aponta batalhas difíceis diante da cumplicidade entre governo e Congresso Nacional na implantação de um projeto totalmente submisso ao capital.

A Igreja, percebendo os rumos dessas reformas e suas consequências na vida da população, sobretudo, da que se encontra em situação vulnerável, mostra sua voz profética dizendo não a toda e qualquer reforma que diminua direitos. Na sua missão evangelizadora, cabe-lhe somar-se aos que são ameaçados em seus direitos e, no diálogo, ajudar na busca de soluções para superação desse grave momento pelo qual passa o Brasil.